Política Anual de Investimentos

Município de São Valério do Sul-RS

2020

O **CONSELHO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA (CMP), ÓRGÃO DE DELIBERAÇÃO COLEGIADA DO RPPS DO MUNICÍPIO DE SÃO VALÉRIO DO SUL, RS,** no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 23, da Lei Municipal n.º 572, de 06 de outubro de 2005, **TORNA PÚBLICO** que, em sessão realizada em 13 de novembro de 2019, com base no art. 4º da Resolução CMN n.º 3.922, de 25 de novembro de 2010, **APROVA** esta **POLÍTICA DE INVESTIMENTOS** referente ao **EXERCÍCIO DE 2020**, conforme Ata CMP n.º 10/2019.

SUMÁRIO

1. Introdução/Vigência....3
2. Objetivos....3
3. Equilíbrio Atuarial....5
4. Modelo de Gestão....5
5. Cenário Macroeconômico....5
5.1 Internacional_1º SEM 2019....8
5.2 Nacional_1º SEM 2019....11
5.3 PERSPECTIVAS....15
5.3.1 INTERNACIONAL_2º SEMESTRE DE 2019....15
5.3.2 NACIONAL_2º SEMESTRE DE 2019....16
5.4 EXPECTATIVAS DE MERCADO....18
6. Estratégia de Alocação de Recursos....20
6.1 Segmentos de Aplicação....20
6.2 Objetivo da Alocação de Recursos....20
6.3 Faixas de Alocação de Recursos....20
6.3.1 Segmentos de Renda Fixa....20
6.3.2 Segmentos de Renda Variável....21
6.4 Metodologia de Gestão de Alocação....22
7. Gerenciamento de Riscos....23
8. Diretrizes para Gestão dos Segmentos....24
8.1 Metodologia de Gestão de Alocação....24
9. DISPOSIÇÕES GERAIS....25
10. ANEXO I - CARTEIRA DE INVESTIMENTOS....25
11. PARECER CMP....28

1. INTRODUÇÃO/VIGÊNCIA

De acordo com a Resolução CMN n.° 3922/2010, de 25 de novembro de 2010, em conformidade com o art. 4º e 5°, o RPPS do Município de São Valério do Sul, RS, apresenta sua Política de Investimentos para o ano de 2020, devidamente aprovada pelo **Conselho Deliberativo do RPPS**, órgão superior de deliberação, em 13 de novembro de 2019, conforme Ata CMP n.º 10/2019.

Trata-se de uma formalidade legal que direciona todo o processo de tomada de decisões, gerenciamento e acompanhamento dos investimentos dos recursos previdenciários do **RPPS** a fim de garantir a manutenção do equilíbrio econômico financeiro e atuarial entre seus ativos e passivos.

A aplicação dos recursos garantidores obedecerá às diretrizes e princípios contidos nesta Política de Investimentos, estabelecida em consonância com os dispositivos da legislação específica em vigor.

2. OBJETIVOS

O objetivo da Política de Investimentos é de estabelecer as diretrizes e linhas gerais relativas à gestão dos recursos garantidores das reservas técnicas dos planos de benefícios do **RPPS**, levando-se em consideração os princípios da boa governança, além das condições de segurança, rentabilidade, solvência, liquidez, proteção e prudência financeira, e transparência necessários e exigidos pela legislação em vigor.

Os objetivos contemplam horizontes de curto prazo, bem como de longo prazo. Em essência, o RPPS dos servidores públicos do Município de São Valério do Sul, RS, deve ser organizado para garantir a cobertura contínua dos seus segurados por meio do plano de benefícios. Para isso, o seu equilíbrio financeiro e, principalmente, atuarial representa o seu objetivo de longo prazo. Nesse sentido, a Política de Investimentos define a estratégia de aplicação dos recursos no curto prazo.

Anualmente, são definidos os diversos segmentos de aplicação e as respectivas carteiras de investimento de acordo com o perfil das obrigações do respectivo RPPS, observando-se os critérios para aplicação dos recursos, conforme estabelecido pelo Conselho Monetário Nacional, tendo em vista a necessidade de buscar a manutenção do equilíbrio financeiro e atuarial e os limites de diversificação e concentração previstos na referida Legislação.

O FPSM - Fundo de Previdência Social do Município de São Valério do Sul, irá buscar, através da sua aplicação dos seus recursos, uma rentabilidade igual ou superior à sua meta atuarial. Com base no horizonte de longo prazo, e a situação financeira e atuarial observada atualmente, a META ATUARIAL, definida e aprovada juntamente com a Política de Investimento, será representada pelo benchmark IPCA acrescido de 5,89% a.a (IPCA + 5,89%$ a.a). Institui-se também os objetivos de assegurar que os gestores, servidores, participantes, beneficiários, prestadores de serviços e órgãos reguladores do RPPS tenham o claro entendimento dos objetivos e restrições relativas aos investimentos; e garantir transparência e ética no processo de investimento, o qual deve ser feito seguindo diretrizes, normas e critérios.

A Política de Investimento do RPPS do Município de São Valério do Sul, RS, constitui-se em instrumento que visa proporcionar uma melhor definição das diretrizes básicas e dos limites de risco a que serão expostos o conjunto dos investimentos com foco na busca de rentabilidade a ser atingida para superar a meta atuarial do plano de benefício.

No intuito de alcançar a meta-atuarial estabelecida para as aplicações dos RPPS, a estratégias de investimentos deverá prever diversificação, tanto no nível de classes de ativos (renda fixa, renda variável) quanto na segmentação por subclasses de ativos, emissor, vencimentos diversos, indexadores, com vistas a maximizar a relação risco-retorno do montante aplicado.

Sempre serão considerados como itens fundamentais de aplicação dos recursos a preservação do capital, os níveis de risco adequados ao RPPS do Município de São Valério do Sul, RS, a taxa esperada de retorno, os limites legais e

operacionais, a liquidez adequada dos ativos, com especial ênfase no médio e longo prazo.

3. EQUILÍBRIO ATUARIAL

O retorno mínimo esperado pela aplicação financeira dos recursos do RPPS do Município de São Valério do Sul, RS, para o exercício de 2020, na busca e manutenção do equilíbrio financeiro e atuarial, será de 5,89% (cinco vírgula oitenta e nove por cento), acrescido da variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (**IPCA**).

4. MODELO DE GESTÃO

Para a administração dos recursos garantidores das reservas técnicas do plano de benefício do RPPS do Município de São Valério do Sul, RS, será adotada a **Gestão Própria** – modelo no qual as decisões de investimento e as aplicações são tomadas/realizadas diretamente pelo órgão ou entidade do Regime Próprio de Previdência Social.

Na gestão dos seus recursos o RPPS do Município de São Valério do Sul, RS, deverá observar as disposições da Portaria n.º 519, do Ministério da Previdência Social. Dentre as principais obrigatoriedades, destaca-se:

1. Obrigatoriedade de Certificação Financeira para o responsável pela gestão dos recursos;
2. Existência de um Comitê de Investimentos, participante do processo decisório quanto à formulação e execução da Política de Investimentos.
3. Elaborar Relatórios Detalhados, no mínimo, semestralmente sobre a rentabilidade, os riscos das diversas modalidades de operações realizadas nas aplicações dos recursos do RPPS e a aderência à Política Anual de Investimentos e suas revisões e submetê-los às instâncias superiores de deliberação e controle.

5. CENÁRIO MACROECONÔMICO

Para embasar as decisões de investimento será elaborado estudo de cenário macroeconômico com revisão semestral analisando os cenários internacionais e

nacionais, com vistas para a tomada de decisões das possíveis alterações da política de investimentos.

Na elaboração dos “Cenários Macroeconômicos” são contemplados apenas critérios de natureza técnica e seus desdobramentos sobre o comportamento do mercado financeiro.

Cenários de longo prazo podem ser uma ferramenta importante para a avaliação de custos, benefícios e riscos macroeconômicos de alternativas de políticas econômicas. No momento atual, caracterizado por desajuste fiscal estrutural, baixa eficiência dos gastos públicos e arcabouços regulatórios e institucionais com efeitos perversos sobre a atividade econômica, esse tipo de planejamento torna-se ainda mais relevante. Nesse contexto, o crescimento econômico do país pode receber impulso positivo significativo por meio da realização de reformas que permitam, de um lado, conter o crescimento explosivo da dívida pública, propiciando as condições mínimas requeridas para a estabilidade macroeconômica e, de outro lado, removam distorções macroeconômicas e gargalos estruturais que impeçam a elevação sustentada dos investimentos e da produtividade geral da economia.

Para o período de 2020 e posteriores, apresentam-se três possíveis cenários para a economia brasileira, que se diferenciam pelo grau de avanço na adoção de uma ampla gama de medidas com impactos esperados positivos sobre o crescimento potencial do país. No **“cenário de referência”**, supõe-se a implementação de reformas fiscais que permitam reequilibrar as contas públicas de forma sustentada, eliminando a principal fonte de incerteza macroeconômica atual e propiciando as condições para a retomada da economia brasileira. Supõe-se, porém, avanço modesto na adoção das reformas microeconômicas requeridas para a elevação do investimento e da produtividade, de modo que o crescimento potencial neste cenário, após o período de recuperação baseado na capacidade ociosa atualmente disponível, seria baixo e cadente refletindo a tendência observada nas últimas décadas. A rápida transição demográfica, resultante de uma combinação de quedas contínuas de fecundidade e o envelhecimento da população, impõe importante desafios não somente na esfera previdenciária e de gastos públicos com saúde, mas também em

relação ao potencial de crescimento econômico. O crescimento sustentável em níveis mais elevados, suficientes para levar o país para o patamar de país desenvolvido, será possível apenas se houver estímulos adequados ao crescimento da produtividade. Este é o "**cenário transformador".**

O principal fator interno de risco a estes dois cenários está relacionado à realização das reformas fiscais, especialmente a previdenciária. Apesar da melhora no período recente, o país se encontra em situação de desequilíbrio fiscal estrutural, evidenciada por seguidos anos com déficit primário, que colocou o endividamento público em trajetória explosiva. A emenda Constitucional (EC) n.º 95/2016, que cria o teto de gastos públicos, foi a forma encontrada pelo governo para fazer um ajuste gradual por meio da contenção de gastos. O problema é que esse novo regime fiscal pode ser, na prática, inviabilizado caso as normas constitucionais e infraconstitucionais que regem a previdência social não sejam alteradas. Neste caso, o resultado será a continuidade da elevação das transferências de renda de forma explosiva, o que aumentaria a percepção de risco de não pagamento da dívida pública. Com isso, o custo de rolagem do passivo do governo e a incerteza acerca da sustentabilidade fiscal tenderiam a subir, afetando negativamente o crescimento do produto interno bruto (PIB). Além disso, torna-se possível a ocorrência de uma crise de confiança que impossibilite o refinanciamento da dívida, com consequências ainda mais graves para a economia. Este é o terceiro cenário analisado neste texto **"cenário de desequilíbrio fiscal"**.

A retomada do crescimento sustentado em ritmo compatível com a necessidade da sociedade brasileira depende, de um lado, da manutenção de um ambiente macroeconômico estável, calcado no equilíbrio monetário e fiscal e de outro lado, na adoção de um amplo conjunto de medidas microeconômicas, voltadas para o aumento do investimento e da produtividade. Em ambas as dimensões, porém, a extensão e a magnitude das medidas e políticas requeridas para atingir os resultados almejados, algumas das quais dependem de reformas constitucionais e/ou de outras medidas que requerem aprovação no Congresso nacional, implicam elevada incerteza sobre a efetiva implementação dessas medidas e, consequentemente,

sobre a trajetória econômica do país ao longo dos próximos anos. No que diz respeito à manutenção da estabilidade macroeconômica, a chave reside na aprovação das reformas constitucionais - em particular, a reforma da previdência - que viabilizariam o equilíbrio fiscal de longo prazo.

O cenário de referência mostra uma economia que, após a recuperação cíclica, teria um crescimento potencial esperado ainda abaixo, insuficiente para tirar o país da armadilha da renda média. O cenário transformador, por sua vez, mostra que o país tem um potencial de crescimento elevado, mas que, para se tornar viável, seriam necessárias mudanças substanciais não somente em relação à questão fiscal. Seria essencial o foco em medidas que poderiam estimular o aumento da produtividade e a competitividade, pois somente assim será possível almejar atingir níveis de desenvolvimento de fato mais elevados, comparáveis a países de renda alta, num horizonte não tão distante. A melhora fiscal acompanhada de uma melhora no ambiente de negócios teria impactos importantes no endividamento público e permitiria, no longo prazo, abrir um espaço fiscal para que sejam ampliadas as políticas públicas que hoje, mesmo com o aumento da eficiência, teriam carências de recursos.

5.1 INTERNACIONAL_1º SEM 2019

Considerações sobre o contexto externo

Qualquer que seja a trajetória escolhida para o Brasil, a economia mundial oferece riscos exógenos. Recentemente, tem surgido preocupações em relação à possibilidade de uma desaceleração do crescimento global ou até mesmo de uma crise internacional. Quando os riscos negativos para o crescimento global aumentam, o potencial de surpresas ascendentes diminui. Além disso, há também uma preocupação importante acerca da guerra comercial entre os Estados Unidos e a China e outros países. Particularmente, uma desaceleração mais intensa na economia chinesa poderia ter impactos diretos sobre o Brasil, pois o país asiático é o maio comprador das exportações brasileiras.

O mês junho de 2019, teve como destaque a 14ª Reunião do G20, ocorrida nos dias 28 a 29 de junho, em Osaka no Japão. O encontro reuniu os chefes do governo das vinte maiores economias do mundo.

Entre os principais progressos, destaque para o encontro em Donald Trump e Xi Jinping, onde foi acordada a retomada das negociações comerciais entre Estados Unidos e China, interrompidas em maio, marcando o arrefecimento das tensões comerciais entre os dois países. Após o encontro, o presidente norte-americano se comprometeu a abdicar temporariamente da ameaça de impor novas tarifas e flexibilizar o veto do país ao grupo chinês Huawei.

Outro fato relevante foi a divulgação do acordo de livre comércio entre união Europeia e Mercosul, cuja negociação levou cerca de 20 anos para ser concluída. Cabe destacar que o texto deverá ser ratificado pelas casas legislativas em ambos os blocos, de modo que os temos negociados ainda levarão algum tempo para entrar em vigor.

EUROPA

Na Europa, os dados do PIB do 1º trimestre das principais economias, divulgadas em junho, foram positivas. No Reino Unido, o PIB avançou de 0,5%, já na Espanha, o avanço foi de 0,7%.Cabe ressaltar, todavia, que apesar do número animador, as incertezas com relação ao comércio global e a fraqueza observada nos indicadores de sondagem industrial recentes, **não eliminam a perspectiva de desaceleração.**

Com relação à política monetária, o Banco Central Europeu (BCE) manteve as taxas básicas de juros e o balanço de ativos inalterados, sinalizando a manutenção destes até o final do semestre de 2020. O presidente da instituição, Maria Draghi, sinalizou a possibilidade de novo afrouxamento monetário caso a inflação não inicie tendência de alta.

No âmbito político, permanece no radar a escolha do novo líder do Partido Conservador no Reino Unido, em substituição à ex-primeira ministra Theresa May,

para o parlamento britânico. Boris Johnson, ex-prefeito de Londres, que historicamente tem se mostrado favorável a um hard Brexit, é o favorito no cargo.

EUA

A leitura final do PIB do 1º trimestre 2019 confirmou o bom momento da economia americana, com expansão de 3,1% (T/T) na base atualizada. Ainda sobre a atividade, as vendas a varejo de maio avançaram 0,5% (M/M) após expansão de 0,3% (dado revisado de -0,2%) do mês anterior. Por sua vez, no mesmo período, a produção industrial cresceu 0,4% (M/M) ante -0,4 % na medição anterior (dado revisado de -0,5%). Com relação ao mercado de trabalho, os dados Payroll de maio indicaram a criação líquida de 75 mil novos postos de trabalho, número significativamente abaixo do esperado pelo mercado (175 mil). O resultado manteve inalterada a taxa de desemprego em 3,6%, enquanto a média dos ganhos salariais avançou de 3,1% (A/A) no referido mês.

No âmbito da Política Monetária, apesar do FOMC manter inalterada a taxa básica de juros da economia americana no intervalo de 2,25% a 2,5%, mudanças importantes na comunicação indicaram aumento da percepção da risco relacionado à atividade, a visão de que a inflação corrente está baixa e que as expectativas de inflação estão em queda.Com relação à orientação futura, o comunicado sinalizou que a instituição agirá conforme necessário para garantir que a economia continue crescendo de forma sustentada, com mercado de trabalho forte e inflação de 2%.

Com relação à inflação, o PCE de maio recuou de 1,6% (dado revisado de 1,5%) para 1,5% (A/A), se mantendo abaixo da meta do Fed. Por sua vez, a medida de núcleo, que desconsidera energia e alimentos, permaneceu estável em 1,6% (A/A).

ÁSIA

O PIB final do Japão no 1T19 confirmou a expansão de 0,6% (T/T), o que representou um acumulando 1,1% em quatro trimestres. Ainda em relação à atividade, o PMI Manufatura de maio ficou estável em 49,8, nível que indica retração

(dado do mês anterior revisado de 50,2). Já o PMI serviços recuou de 51,8 para 51,7, enquanto o PMI composto alcanço 51,7 frente 51,8. A taxa de desemprego permaneceu estável em maio em 2,4%. Já a inflação de junho medida pelo IPC ficou estável em 1,1% (A/A), enquanto a medida de núcleo estabilizou em 0,8% (A/A), ambos abaixo da meta do Banco do Japão.

Na China, o PMI Manufatura de junho permaneceu estável, em nível que indica retração, alcançando 49,4. Por sua vez, o PMI Não-manufatura reduziu para 54,2 frente 54,3 pontos de medição anterior, enquanto o PMI Composto foi de 53,3 para 53,0. Dados de maio para o setor externo indicaram expansão de 1,1% (A/A) nas exportações frente a uma queda de 2,7% no mês anterior, enquanto as importações variaram - 8,5% (A/A) frente a um avanço de 0,4% na medição anterior.

5.2 NACIONAL_1º SEM 2019

Cenário doméstico

Os dados divulgados em junho permanecem indicando um cenário pouco animador para a atividade, seguindo as indefinições existentes sobre o avanço de uma agenda de reformas compatíveis com as necessidades do país. Em abril, a produção Industrial mostrou novo recuo (0,3%, M/M), no entanto, a queda foi inferior à observada no mês anterior. Em sentido contrário, o setor de serviços avançou 0,3% (M/M), revertendo o resultado negativo de março. A taxa de desemprego com ajuste sazonal, se manteve estável em 11,9%. Os indicadores de confiança tiverem mais um mês positivo, com apenas a indústria exibindo retração.

O IBC-BR teve queda de 0,5% (M/M) no mês de abril, na série com ajuste sazonal, completando o quarto mês consecutivo com retração do nível de atividade. A queda acumulada desde o início do ano é de 2.0%, com o dado retornando a níveis próximos dos observados no final do ano de 2017.

O volume de serviços avançou 0,3% (M/M) em abril, sendo este o primeiro dado positivo neste ano. Os serviços de informação e comunicação tiveram a maior contribuição positiva do mês (+ 0,7%, M/M), em contrapartida ao observado no mês

anterior. Pelo lado negativo, os destaques foram os serviços de transporte (-0,6%, M/M).

A produção industrial recuou 0,3% (M/M) em abril, revertendo a queda do mês anterior. O Varejo restrito recuou 0,6% (M/M) em abril, com 5 das 8 atividades mostrando performance negativo. O destaque negativo deste mês ficou com o setor de Hipermercados, que recuou 1,8% (M/M). No contexto ampliado, que inclui veículos e material para construção, o dado mostrou estabilidades, tendo como principal vetor, o setor de materiais de construção (+ 1,4%, M/M).

O CAGED mostrou criação líquida de 32 mil postos de trabalho formal em maio, número abaixo do esperado. Com ajuste sazonal, o saldo foi de, aproximadamente, 5 mil postos.

A taxa de desemprego recuou de 12,5% para 12,3%. Com ajuste sazonal, a taxa de desemprego se manteve em 11,9%.

O IPCA-15 de junho desacelerou de 0,34% para 0,06%, sendo esta a menor taxa em 13 anos.

O IGP-M de junho acelerou de 0,45% para 0.80% (M/M). A aceleração foi influenciada pelo aumento dos preços dos produtos agropecuários, que avançaram 1,04% (M/M), ante queda de 2,12% (M/M) em maio. Em 12 meses, o índice desacelerou de 7,64% para 6,51%.

Em maio, o resultado primário do Governo Federal, foi deficitário em R$ 14,7 bilhões, acima do déficit de R$ 11,5 bilhões em maio de 2018. Em termos reais, a receita líquida apresentou redução de 1,2% (A/A) e a despesas total mostrou recuo de 1,4% (A/ A). Já o setor público consolidado registrou déficit primário de R$ 13,0 bilhões em maio, comparativamente ao déficit de R$ 8,2 bilhões em maio de 2018.

O COPOM manteve a Selic estável a em 6% a.a na reunião realizada em junho. A percepção foi a de que embora o balanço de riscos tenha se movido para o campo favorável para a inflação, a consolidação do ambiente benigno ainda carece das reformas e ajustes. A perspectiva é de redução da Taxa SELIC para os próximos meses.

Em junho, o Conselho Monetário Nacional aprovou a meta para a inflação para 2022. A meta para o ano em questão foi definida em 3,5%, sendo mantido o intervalo de tolerância em 1,50% de modo que, a inflação num período poderá fincar entre 2,00% e 5,00%. a meta para o IPCA de 2022 representa uma queda de 0,25 p.p em relação à meta de 2021.

RENDA FIXA

Junho foi marcado pelo intenso fechamento nas curvas de juros nominais e reais. Este forte movimento de queda nas taxas de juros brasileiras está ancorado tanto na reprecificação da ponta curta pelo mercado, que aposta cada vez mais na continuidade do ciclo de cortes SELIC, como o miolo e ponta longa (vencimentos médios e longos prazos), refletindo significativa melhora no andamento da PEC 06/2019 no Congresso.

Toma-se a estes fatores a ancoragem das expectativas de inflação no país, dados fracos da atividade brasileira, importantes Bancos Centrais pelo globo com tons mais *dovish* em suas comunicações, além de trégua entre EUA e China na guerra comercial após o encontro G20, no final de junho.

Tais movimentos de fechamento nas curvas de juros brasileiras, ao longo de julho/19 contribuíram para que os índices de Renda Fixa tivessem novamente um mês de performances muito positivas, com alguns indicadores superando inclusive seus resultados de maio, que havia sido o melhor mês do ano para esse mercado.

Para o segundo semestre de 2019, os eventos que podem impactar as curvas de juros brasileiras são a reforma da previdência, cuja próxima etapa é a votação do Plenário e a reunião do COPOM que pode contar já com o início do movimento da queda da SELIC, a depender do estágio da tramitação da PEC 06/2019.Além disso, os próximos passos do FOMC poderá iniciar um ciclo de cortes nos juros dos EUA, resultando ainda algum prêmio na ponta longa das curvas brasileiras, prêmios estes pequenos quando comparados aos recentes movimentos de fechamento observados

e que, possivelmente, serão enxugados rapidamente, nos levando a montar posições mais táticas do que estratégicas.

RENDA VARIÁVEL

No mercado acionário brasileiro, a tramitação da reforma da previdência permanece como tema principal, com a divulgação do parecer do relator da proposta na Comissão Especial, que permitirá economia bastante robusta. Em conjunto com o andamento da PEC 06/2019 na Câmara, projetos como reforma tributária, MP do saneamento básico, MP da liberdade econômica, avançaram no Congresso Nacional e repercutem positivamente no mercado. Além disso, uma agenda de desburocratização e privatizações seguiram no radar, com sinalizações positivas por parte do Ministério da Economia. Tais medidas, aliadas ao cenário internacional mais favorável à busca de ativos de risco, animou o mercado doméstico, levando investidores, especialmente locais, a aumentarem suas exposições na bolsa brasileira.

No âmbito externo as principais bolsas do globo apresentaram resultados muito positivos, com destaque para os principais índices americanos Dow Jones, S&P 500 e Nasdaq, que atingiram novos recordes históricos, com valorização respectivamente de 7,19%, 6,89% e 7,42%.

Para o segundo semestre de 2019 permanece uma visão positiva para a bolsa brasileira, apoiados pelas diretrizes da equipe econômica que apontam para uma agenda de reformas importantes para o país, com destaque para a reforma da previdência, cuja expectativa é de ser aprovada ainda em 2019 pela Câmara dos Deputados. Os menores riscos atrelados à inflação e a possibilidade de o BACEM voltar a cortar juros contribuem, juntamente com a expectativa de retomada da atividade, embora em ritmo gradual, para um cenário prospectivo mais favorável para a geração de lucros das empresas.

5.3 PERSPECTIVAS

5.3.1 INTERNACIONAL - 2º SEMESTRE DE 2019

O contexto internacional ficou mais adverso nos últimos meses. Em agosto, houve uma escalada na guerra comercial entre Estados Unidos e china, com novas imposições de tarifas dos dois lados em resposta à interrupção temporária das negociações que já se estendem desde o início do ano passado. Embora as negociações tenham sido retomadas, ainda há muita incerteza quanto ao seu desfecho. Essa tensão tem se refletido em relação dos fluxos de comércio que já caíram dois trimestres executivos: -0,3% no primeiro trimestre e 0,7% no segundo, conforme o Instituto de Análise de Política Econômica, da Holanda (CPB). As incertezas associadas à guerra comercial têm impactado a atividade econômica principalmente por investimentos, cuja taxa de crescimento em nível global, conforme a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), caiu de pouco menos de 5% no primeiro trimestre de 2018 para 1% no primeiro trimestre deste ano. A Área do euro, e a Alemanha em particular, tem registrado desaceleração da atividade econômica- seja pelo efeito da desaceleração do comércio internacional, seja pelas incertezas associadas ao Brexit, assim como a China, onde os indicadores mais recentes de produção industrial (crescimento de 3,3%), vendas do comércio varejista (7,5%) e investimentos (4,2%) registraram em agosto taxas de variação interanual muito inferiores àquelas observadas um ano atrás.

A desaceleração da economia mundial tem se refletido em quedas ainda modestas nos preços dos commodities até agosto: 4,5% para produtos agrícolas e 2,6% para metais e minérios. As commodities ligadas a energia tiveram queda de 22% no período, refletindo o comportamento do preço do petróleo, que caiu US$ 76/barril em agosto do ano passado para US$ 60/barril em agosto deste ano.

Diante do quadro de desaceleração global, as políticas monetárias nos países avançados voltaram a assumir um viés expansionista. O Federal Reserve já reduziu duas vezes a taxa básica de juros (Fed Funds), para o intervalo 1,75%- 2,00% ao ano. O Banco europeu já mantém a taxa de operações de mercado aberto próximo de

zero, e atuou reduzindo a taxa de remuneração de reservas bancárias de -0,4% para -,0,5 % a.a., além de sinalizar com a retomada do programa de compra de ativos ao ritmo de 20 bilhões de euros por mês. Não obstante, as projeções de diversas instituições que acompanham a economia global vêm sendo revistas para baixo, como no caso da OCDE, que em sem Panorama Econômico de setembro projeta crescimento mundial de 2,9% em 2019 e 3,0% em 2020 _ 0,3 e 0,4 p.p. amenos que as projeções de maio. Na China, a política monetária também vem sendo expansionista, com redução de alíquotas de compulsórios bancários e medidas para estimular os empréstimos ao setor privado.

5.3.2 NACIONAL - 2º SEMESTE DE 2019

Os últimos meses caracterizaram-se por avanços em reformas e medidas estruturais, pelo acirramento do debate fiscal, pelo relaxamento da política monetária e por uma atividade econômica que ainda cresce a uma taxa relativamente baixa. Paralelamente, o ambiente externo tornou-se mais volátil e as perspectivas de crescimento mundial mais frágeis, refletindo incertezas de natureza econômica e geopolítica, em particular a aproximação da data do desfecho do Brexit e a escalada da guerra comercial entre Estados Unidos e China. Pelas estreitas relações econômicas com o Brasil, o aprofundamento da crise Argentina nesse período também foi uma importante fonte de incerteza e volatilidade, afetando diretamente o desempenho da indústria pelo impacto negativo sobre as exportações de manufaturados. Mais recentemente, o ataque a plantas de processamento de petróleo da Arábia Saudita, que resultou em redução temporária de oferta do produto no mercado internacional, também impactou negativamente o cenário externo por sinalizar um possível agravamento das tensões entre /estados Unidos e Irã.

Na perspectiva das reformas estruturais, forma anunciadas, no final de junho, as bases para um acordo comercial entre Mercado Comum do Sul (Mercosul) e União Europeia e, posteriormente, de acordo semelhante com a Área Europeia de Livre Comércio. No mesmo sentido de aumentar a abertura comercial da economia, ao longo do ano foram concedidos mais de 2300 ex-tarifários (medidas de redução

temporária de tarifa de importação a zero) nos setores de bem de capital e material de informática. Um novo marco regulatório para o mercado de gás e a aprovação da Medida Provisória (MP) DA "LIBERDADE ECONÔMICA" SÃO MEDIDAS QUE CONTRIBUEM PARA MELHORAR O AMBIENTE DE NEGÓCIOS E AUMENTAR A PRODUTIVIDADE DAS EMPRESAS.

No início de julho, a reforma da previdência foi aprovada na Câmara, e caminha para sê-lo também no Senado. O resultado final, em termos de redução de despesas relativamente à trajetória com base na demografia e nas regras atuais, será superior ao esperado inicialmente pelos agentes econômicos. No entanto, os ganhos da reforma devem se materializar apenas gradualmente, de modo que os dilemas fiscais de curto prazo ainda são desafiadores.

Nessa perspectiva, o desafio fiscal segue no topo das prioridades da política econômica. O significativo contingenciamento de despesas em 2019 e a baixa disponibilidade para despesas discricionárias no Projeto de Lei Orçamentária Anual 2020 (PLOA 2020) enviada ao congresso, em especial os investimentos, expressam com clareza as difíceis escolhas que se impõem no momento. Este ano, a restrição está sendo dada pela meta de resultado primário, que prevê em déficit de R$ 139 bilhões -1,9% do produto interno bruto (PIB), para o Governo Central. Para 2020 e os anos seguintes, supondo crescimento econômico um pouco maior que o atual e aumento das receitas, a restrição, diante do aumento contínuo do gasto obrigatório, será dado pelo teto de gastos, cujo cumprimento é necessário para reduzir o déficit primário, cuja meta para o governo central em 2020 é de R$ 124 bilhões -1,6% do PIB.

Em relação às previsões macroeconômicas, os dados mais recentes de atividade, divulgados entre junho e setembro de 2019, apontam para uma variação dessazonalizada de 0,2% no terceiro trimestre, menos do que a variação de 0,4% observada no trimestre anterior. Com relação as previsões anuais, a taxa de crescimento do PIB esperada para 2019 foi mantida em 0,8%, mesma previsão da Carta de Conjuntura nº 43. Espera-se, por este lado, efeitos positivos advindos principalmente da política de saque do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e,

em menor grau, do ciclo de redução de juros. Por outro lado, os efeitos negativos do cenário externo mais desafiador reforçam as evidências de uma recuperação em ritmo ainda lento. Boletim IPEA Nº 44.

5.4 EXPECTATIVAS DE MERCADO

Projeções Macroeconôcas para 2020

Para 2020, a previsão é de aceleração do crescimento, para 2,1%. É projetado um ritmo mais acelerado de redução da taxa de juros, de forma que a taxa de juros real ex-post deve ficar estável em cerca de 1% ao ano (a.a.) no ano que vem. Tal interpretação está em linha com as últimas comunicações do Banco Central do Brasil (BCB), que indicam a continuidade do ciclo de reduções de juros.

Essa flexibilização da política monetária é compatível com o significativo grau de ociosidade da economia brasileira. O Indicador Ipea de Hiato do produto está estimado em 3,0% atualmente e, caso nosso cenário macroeconômico se concretize, ele deve fechar 2020 em 2,0%. Temos, portanto, as duas condições mais fundamentais para a validação do ciclo de redução de taxas de juros: inflação esperada inferior à meta e hiato de produto negativo. Nesse contexto, é importante ressaltar que a redução na meta de inflação nos próximos anos reduz a folga na inflação esperada, o que explicaria uma eventual reversão no atual ciclo de expansão monetária no fim de 2020.Atualmente, as projeções de mercado e as comunicações do BCB apontam consenso para uma trajetória gradual de redução da taxa de juros com, pelo menos, mais uma redução de 0,5% p.p. na SELIC. Nesse sentido, desfez-se uma incerteza em relação a esse parâmetro específico. Em contrapartida, a trajetória de evolução de confiança da indústria está pior do que se esperava anteriormente. Como apontado na Carta anterior, a reforma da previdência, por si, era condição necessária, ainda que não suficiente, para a aceleração das trajetórias de confiança, trazendo a reboque o tão desejado aumento dos investimentos. No entanto, o cenário externo se tornou menos benigno desde então, em que se destacam as repercussões da guerra comercial China-Estados Unidos sobre o crescimento mundial, o efeito da crise na Argentina e, mais recentemente, a

volatilidade do preço do petróleo. Esse conjunto de fatores leva a uma leve revisão nas projeções do indicador de confiança, que passaram a crescer de forma mais suavizada na passagem de 2019 para 2020.

Embora o cenário permaneça desafiador, o ambiente econômico apresenta alguns bons fundamentos que podem possibilitar uma aceleração do nível de atividade nos próximos trimestres. Em primeiro lugar, com a aprovação da reforma da Previdência e a implantação de medidas complementares que sejam capazes de reverter o desequilíbrio estrutural das contas públicas, criam-se condições minimamente necessárias para estimular o crescimento dos investimentos, ainda mais numa conjuntura internacional caracterizada por taxa de juros negativas e elevada liquidez, embora marcada por elevado grau de incerteza e conflitos comerciais entre países.

Espera-se que, com a redução dos níveis de incerteza relacionados à solvência do setor público brasileiro, o aumento da confiança dos agentes seja um dos canais de contágio positivo para o início de um ciclo virtuoso que possa acelerar finalmente o processo de recuperação cíclica.

Índices (Mediana Agregada)	2019	2020
IPCA (%)	3,42	3,78
IGP-M (%)	4,49	4,02
Taxa de Câmbio (R$/US$)	3,70	3,95
Meta para Selic (% a.a)	8,00	5,00
Investimentos Diretos no País (US$ bilhões)	72,00	83
Dívida Líquida do Setor Público (% do PIB)	57,70	58,30
PIB (% de Crescimento)	2,50	2
Produção industrial (% do crescimento)	3,00	2,29
Balança Comercial (US$ Bilhões)	49,55	47,50

Boletim FOCUS OUT 2019

6. ESTRATÉGIA DE ALOCAÇÃO DE RECURSOS

6.1 Segmentos de Aplicação

A alocação de recursos da Entidade obedecerá às determinações emanadas da Resolução n.º 3.922/2010, definidas abaixo:

1. Segmento de Renda Fixa;
2. Segmento de Renda Variável.

6.2 Objetivo da Alocação de Recursos

A alocação de recursos entre os segmentos tem o objetivo de garantir o equilíbrio de longo prazo entre os ativos e as obrigações do RPPS do Município de São Valério do Sul, através da superação da taxa da meta atuarial, que é igual à variação **do IPCA mais 5,89%.** Além disso, ela contempla a alocação estratégica, fazendo as alterações necessárias para adaptar a alocação de ativos às mudanças no mercado financeiro.

6.3 Faixas de Alocação de Recursos

6.3.1 Segmento de Renda Fixa

As aplicações de recursos do RPPS do Município de São Valério do Sul, RS, em ativos de renda fixa poderão ser feitas exclusivamente por meio de fundos de investimento. Os fundos de investimento abertos e fechados nos quais o RPPS do Município vier a adquirir cotas, deverão seguir a legislação em vigor.

As aplicações nesse segmento deverão seguir os limites abaixo discriminados, considerando para tal as limitações gerais impostas pela Resolução CMN n.° 3.922/2010, a saber:

Renda Fixa (Resolução CMN n° 3922/2010 Art. 7°)	Limites Legais		Limite Inferior	Estratégia Alvo	Limite Superior
Renda Fixa – *Art. 7°*	100%		69%	85%	100%
Títulos Públicos Federais – *Art. 7°, 1, 'a'*	100%		%	%	10%
FI/FIC exclusivamente em TPF (IMA ou IDkA) – *Art. 7°, I, 'b'*	**100%**		**50%**	**60%**	**100%**
Operações Compromissadas TPF – *Art. 7°, II*	15%		0,00%	0,00%	0,00%
FI/FIC Renda Fixa ou Referenciado (IMA ou IDkA) – *Art. 7°, III, a*	**60%**		**9%**	**10%**	**60%**
FI/FIC em Índices de Renda Fixa referenciados em (IMA, IDkA) - *Art. 7°, III, b*	60%		%	%	%
FI/FIC Renda Fixa / Referenciado – *Art. 7°, IV, a*	**40%**		**10%**	**13%**	**30%**
FI/FIC em Índice de Renda Fixa / Referenciado – *Art. 7°, IV, b*	40%		%	%	%
Poupança - *Art. 7°, V, a*	20%		%	%	%
Letras Imobiliárias Garantidas - *Art. 7°, V, b*	20%		%	%	%
FI Direitos Creditórios Aberto - *Art. 7°, VI*	15%	15%	%	%	%
FI Direito Creditórios Fechado - *Art. 7°, VII, 'a'*	5%		%	%	%
FI/FIC de Renda Fixa Crédito Privado - *Art. 7°, VII, "b"*	**5%**		**%**	**2%**	**15%**

A remuneração dos investimentos do segmento de renda fixa deverá ser comparada com os seguintes índices de referência ('*benchmark*'): IMA-B, IRF-M, IDkA, IMA-Geral e CDI.

6.3.2 Segmento de Renda Variável

As aplicações dos recursos do RPPS em ativos de renda variável deverão ser feitas, exclusivamente, por meio de fundos de investimentos.

As aplicações nesse segmento deverão seguir os limites abaixo discriminados, considerando para tal as limitações gerais determinadas pela Resolução CMN n.° 3.922/2010.

Renda Variável (Resolução CMN n° 3922/2010 Art. 8°)	Limites Legais	Limite Inferior	Estratégia Alvo	Limite Superior
Renda Variável – *Art. 8°*	30%	2,50%	15%	60%
FI/FIC em Ações indexados (Ibovespa, IBrX e IBrX-50) - *Art. 8°, I*	**30%**	**0,00**	**5%**	**30%**
FI/FIC em Índices de Ações referenciados em (Ibovespa, IBrX e IBrX-50) - *Art. 8°, II*	**20%**	**0,50**	**5%**	**20%**
Outros FI/FIC em Ações - *Art. 8°, III*	**10%**	**5%**	**5%**	**10%**
FI/FIC Multimercado sem Alavancagem - *Art. 8°, IV*	5%	%	%	5%
FI em Participações - *Art. 8°, V*	5%	%	%	5%
FI Imobiliários Cotas Negociadas em Bolsa - *Art. 8°, VI*	5%	%	%	5%

A remuneração dos investimentos do segmento de renda variável deverá ser comparada com os seguintes índices de referência ('*benchmark*'): Ibovespa e IBrX.

6.4 Metodologia de Gestão de Alocação

A definição da alocação estratégica dos recursos nos segmentos acima identificados foi feita com base nas expectativas de retorno de cada segmento de ativos para os próximos 12 meses, em cenários alternativos, e na sua capacidade de alcançar os objetivos atuariais no médio e longo prazo.

Os cenários de investimentos foram traçados a partir das perspectivas para o quadro nacional e internacional, da análise do panorama político e da visão da condução da política econômica e do comportamento das principais variáveis

econômicas. As premissas serão revisadas periodicamente e serão atribuídas probabilidades para a ocorrência de cada um dos cenários.

Para as estratégias de curto prazo, a análise se concentrou na aversão a risco dos RPPS, em eventos específicos do quadro político e nas projeções para a inflação, taxa de juros e atividade econômica. A visão de médio prazo procurou dar maior peso às perspectivas para o crescimento da economia brasileira e mundial, para a situação geopolítica global, para a estabilidade do cenário político e para a solidez na condução da política econômica.

Dadas tais expectativas de retorno dos diversos ativos em cada um dos cenários alternativos, a variável chave para a decisão de alocação é a probabilidade de satisfação da meta atuarial no período de 12 meses, aliada à avaliação qualitativa do cenário de curto prazo.

7. GERENCIAMENTO DE RISCOS

Entende-se “risco” com a probabilidade estatística do retorno esperado por um investimento não se realizar.

Dentre os riscos previstos no mercado financeiro aos quais os recursos do RPPS do Município de São Valério do Sul, RS, estarão expostos podemos enumerar:

- ✓ **Risco de crédito dos ativos**: possibilidade do devedor não honrar seus compromissos;
- ✓ **Risco sistêmico ou conjuntural**: são os riscos que os sistemas econômico, político e social, impõem ao investidor;
- ✓ **Risco próprio**: consiste no risco intrínseco ao ativo e ao subsistema ao qual o ativo pertença;
- ✓ **Risco de mercado**: é o risco de oscilações de preços do ativo;
- ✓ **Risco de liquidez**: também chamado risco financeiro. É conhecido pela falta de condição de pagamento do emissor ou ausência de mercado secundário daquele tipo de ativo;

- ✓ **Risco de contraparte**: também conhecido como risco de coobrigação, é quando da securitização de dívida existe endosso por parte de terceiros e este também fica sem liquidez;
- ✓ **Risco legal**: tipo de risco o qual o ativo objeto do investimento esteja sujeito à interpelação judicial.

Para avaliação dos riscos da carteira de investimentos será utilizada a métrica do Valor em Risco (Value-at-Risk – VaR), objetivando-se estimar a perda potencial máxima, dentro de um horizonte temporal, que a carteira de investimentos do o RPPS do Município de São Valério do Sul, RS, pode vir a sofrer, dentro de um determinado intervalo de confiança.

Dado que a métrica de VaR é aplicável somente em condições normais de mercado, serão realizados testes de estresse que possibilitem avaliar, preventivamente, a performance teórica das carteiras de investimentos sob condições extremas de mercado, tais como crises e choques econômicos. Para isso, serão utilizados dados retrospectivos, além de projeções macroeconômicas.

A medição e o controle do VaR serão efetuados pelas instituições financeiras responsáveis pela gestão de recursos do o RPPS do Município de São Valério do Sul, RS, ou por consultorias especializadas.

8. DIRETRIZES PARA GESTÃO DOS SEGMENTOS

8.1 Metodologia de Gestão de Alocação

As estratégias e carteiras dos segmentos de Renda Fixa e Renda Variável serão definidas, periodicamente, pelo (s) Gestor (es), no caso dos recursos geridos por meio de aplicação em Fundos. Ressalta-se que as informações utilizadas para a construção dos cenários e modelos são obtidas de fontes públicas.

A execução das diretrizes definidas nesta Política Anual de Investimentos, o monitoramento da *performance* e dos riscos da carteira de investimento, bem como a

definição de estratégia com base em cenários macroeconômicos fica a cargo do Comitê de Investimentos.

9. DISPOSIÇÕES GERAIS

Justificadamente, a Política Anual de Investimentos poderá ser revista no curso de sua execução, com vistas a adequação ao mercado ou a nova resolução.

A Política Anual de Investimentos dos recursos próprios do o RPPS do Município de São Valério do Sul, RS, e suas revisões deverão ser aprovadas pelo Conselho Deliberativo do **RPPS**, órgão superior de supervisão e deliberação, antes de sua implementação efetiva.

As informações contidas na Política Anual de Investimentos e suas revisões deverão ser disponibilizadas pelos responsáveis pela gestão do RPPS do Município de São Valério do Sul, RS, aos seus segurados e pensionistas, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da data de sua aprovação observados os critérios estabelecidos pelo Ministério da Previdência Social.

10. ANEXO I - CARTEIRA DE INVESTIMENTOS

11. PARECER CMP

O **CONSELHO DELIBERATIVO DO RPPS** no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 9º da Lei n.º 1.356, de 18 de agosto de 2009, torna público que, em sessão realizada em 13 de novembro de 2019, com base no art. 4º da Resolução CMN n.º 3.922, de 25 de novembro de 2010, APROVA esta POLÍTICA DE INVESTIMENTOS referente ao EXERCÍCIO DE 2020, conforme Ata CMP n.º 10/2019.

São Valério do Sul, RS, 13 de novembro de 2019.

Jandir Agnes, Gestor do RPPS,
Profissional com Certificação ANBIMA, CPA-10,
Validade até 22/06/2020.

Deise Fernanda Costella, Presidente do CMP,
Profissional com Certificação APIMEC, CGRPPS n.º 3903,
Validade até 10/10/2023.

Sonia Maria Kolling, Membro do Comitê de Investimentos,
Profissional com Certificação ANBIMA, CPA-10,
Validade até 30/06/2020.

Kelly Blass, Membro do Comitê de Investimentos,
Profissional com Certificação ANBIMA, CPA-10,
Validade até 21/11/2020.

MEMBROS DO CONSELHO ADMINISTRATIVO E FISCAL DO CMP:

Conselheiro 1. _____

Conselheiro 2. _____

Conselheiro 3. _____

Conselheiro 4. _____

Conselheiro 5. _____

Conselheiro 6. _____

Conselheiro 7. _____

MEMBROS DO COMITÊ DE INVESTIMENTOS DO RPPS:

Membro 1. _____

Membro 2. _____

Membro 3. _____

10. ANEXO I

CARTEIRA DE INVESTIMENTOS